



A Casa de Bragança nas celebrações religiosas de Seiscentos: o empréstimo de adereços têxteis

MARIA JOÃO FERREIRA

INTRODUÇÃO

Durante o período Moderno, as armações têxteis destacam-se na ornamentação das estruturas edificadas (perenes ou efémeras) que servem de palco às principais celebrações religiosas assinaladas em Portugal. Independentemente da qualidade e do tipo de programa decorativo adoptado nestas ocasiões, cabe sobretudo aos adereços têxteis – em articulação com outras manifestações artísticas – a função de recriar temporariamente ambientes solenes, ditados pela pompa e o aparato, em conformidade com a dignidade da efeméride. Sendo certo o intenso protagonismo dos têxteis enquanto elemento dinamizador do espaço de culto, poucas têm sido as reflexões em torno das motivações que justificavam o investimento nestes adereços. Apesar deste aspecto não ter ainda suscitado especial interesse, a resposta a questões como, de onde provinham, como se obtinham, e qual o significado que enformava não apenas os objectos têxteis mas o próprio processo inerente à sua obtenção revela-se muitíssimo importante à compreensão da relevância dos têxteis nestas ocasiões.

De facto, tais intervenções implicavam o recurso a um sem número e a uma diversidade de panos – dos mais insignificantes aos mais esplendorosos e magníficos – nem sempre ao dispor dos impulsionadores dos festejos ou das instituições onde os mesmos deveriam ter lugar. No quadro da dimensão colectiva e social em que assenta a liturgia¹, os membros da comunidade eram exortados a colaborar, com vista à supressão das carências detectadas. Mas a angariação das tão indispensáveis alfaias têxteis obedecia a complexos procedimentos logísticos, por vezes difíceis de gerir². Por um lado, eram algumas as modalidades de cooperação ao dispor dos visados, as quais favoreciam uma participação alargada de potenciais patronos. Por outro, o local

onde as celebrações decorriam, a relevância do episódio e a capacidade mobilizadora dos seus promotores, mas também as hierarquias sociais e, amiúde, as alianças ou preferências políticas dos colaboradores influíam entre si e, por inerência, no sucesso dos acontecimentos.

Uma das formas de apoio mais comumente utilizadas nestas circunstâncias pelos membros do clero e da nobreza, foi o empréstimo de objectos têxteis. Com base nos estudos que vimos desenvolvendo em torno dos têxteis no contexto da celebração litúrgica e, mais recentemente, do património da mais notável das famílias da aristocracia portuguesa, no presente texto centramo-nos nos empréstimos que envolveram o acervo da Casa de Bragança. Aqui procuraremos demonstrar como estas iniciativas, enquanto actos praticados na esteira de uma tradição familiar, acumulam, em pleno ambiente pós-Restauração, evidentes propósitos propagandísticos da nova dinastia reinante, de legitimação do poder e majestade do rei.

Para a análise do tema que nos propomos abordar, confluem múltiplos campos de estudo, como a festa, o cerimonial e as práticas discursivas mas aqui incidiremos sobretudo na função e sentidos dos têxteis, enquanto sistemas de representação e elementos constitutivos do discurso político coevo. À semelhança do que sucedia com outras manifestações artísticas já mais dissecadas, como a pintura ou a arquitectura, a presença destes objectos obedecia a diferentes causas e prestava-se a variadas interpretações, em sintonia com o contexto em que se apresentavam e o público a que se destinavam. Contudo, esta valência dos têxteis parece escapar aos historiadores da cultura e do pensamento político, os quais se têm concentrado especialmente em matérias textuais.

O EMPRÉSTIMO DE ADEREÇOS TÊXTEIS:

OS CONSTRANGIMENTOS E OS EXCESSOS

O engalanamento das ambiências festivas extraordinárias de índole sacro-profana prefigura-se como um procedimento comum, em sintonia com as directrizes dimanadas de Roma para este assunto. A referência ao uso dos paramentos de igreja na decoração das estruturas edificadas dos templos, nos livros litúrgicos publicados após o Concílio de Trento, como o *Pontifical* e o *Cerimonial dos Bispos* (1595~1596 e 1600), reflecte bem a importância deste tipo de intervenção. Como Piero Montelli sublinha, presume-se que cada um dos elementos que compõem o corpo da igreja deve dispor do seu próprio adorno, segundo morfologias e materiais com a nobreza devida³.

Todavia, ao contrário do que era recomendado, nem sempre as alfaias têxteis (paramentos litúrgicos incluídos) se encontravam nas melhores condições de preservação ou sequer existiam nas quantidades e com as particularidades consagradas pelos documentos reguladores, impondo sérios constrangimentos às práticas culturais, por vezes, difíceis de ultrapassar. Como se infere pela leitura das *Constituições Sinodais* dimanadas entre os séculos XVI e XVIII, esta foi uma realidade que, por motivos de ordem diversa, não só perdurou ao longo do referido arco cronológico como afectou a globalidade das instituições eclesiais nacionais. Mesmo a Capela Real do Palácio da Ribeira, em Lisboa, comunga desta dificuldade: segundo o capítulo relativo às *Despesas meudas dos Regimentos de 1592 e 1600*,

«na Capella ha grande falta de cousas meudas como são toalhas para os altares, e para as mãos, corporaes, veos, sobrepelizes para os moços da Capella, missaes e outras cousas meudas; as quaes se costumão prover pello Thesoureiro do thesouro, e Casa se acode a ellas tarde com que o serviço da Capella padece muito detrimento, e o culto divino não se serve cõ aquella limpeza, e deçencia que convem (...)»⁴.

Ainda em 1663, João Campelo de Macedo, capelão, mestre de cerimónias e tesoureiro da Real Capela, apelava para que

«se ordenasse cetial e o todo o necessario, pera que sua Magestade fosse servido como convem mas eu não tenho que o cital que de prezente serve, quando sua Magestade dece a capella, seja qual convem, e menos quando aja de sair tanto a publico porque tem alguns defeitos»⁵.

A atestar pelas notícias difundidas no *Mercvrio Portuguez* de Setembro de 1664 é bem plausível que a carência de ornamentos tenha assumido maior visibilidade durante o período de guerra da Restauração da independência de Portugal (1640-1668):

«Aos 4. [de Setembro] passou S. Mag. ordem para se fazerem nesta Corte ornamentos conuenientes para se celebrarem os Officios diuinos nas duas Igrejas Parochiaes da praça de Valença de Alcantara, que os Castelhanos tinhaõ como indecencia, & era justo que entre Portugueses se melhorasse o culto diuino. Iã de antes tinha S. Mag. mandado consignar de sua fazenda porçaõ para as fabricas, Parochos & outros Ministros do seruiço das mesmas Igrejas, além das suas rendas, com que ficaraõ»⁶.

Após 1640, a nova casa reinante necessitava de meios de propaganda passíveis de contribuir não só para o esforço da guerra e para o combate aos intentos castelhanos mas, também, para a sua legitimação⁷. Atendendo ao especial destaque que a dimensão religiosa assumia na vida social de Seiscentos, a par do desenvolvimento das batalhas havia toda uma vertente simbólica que importava invocar pelos canais informativos da época. Sobretudo numa fase tão complicada de relacionamento com a Santa Sé, a quemurgia demonstrar fidelidade e de quem se aguardava o reconhecimento de Portugal como país independente de Espanha. Neste contexto, note-se como através dos têxteis, que aqui se configuram como evidentes testemunhos do abandono ou decadência fomentada pela presença dos castelhanos, a monarquia portuguesa defendia o aspecto e a dignidade das suas igrejas e os transformava em signos da recuperação que esta nova e vitoriosa dinastia podia assegurar.

Colateralmente, importa sublinhar a forma muito peculiar como em Portugal os fieis veneram Deus e os Seus intercessores junto dos homens. Estes empenham-se com significativo desvelo na ornamentação dos espaços que servem de palco às celebrações, mormente por via dos têxteis, os quais assumem uma muito significativa relevância, enquanto forma de exteriorização devocional⁸. Sendo este um «Cvstume (...) muyto louuauel, & Sancto armarem se as Igrejas & capellas em os dias dos Oragos, & quando nellas se faz algũa solêne festa»⁹, é também reconhecido o excesso que progressivamente enforma os programas decorativos gizados, levando os preladados a insistir que «As Igrejas são pera se exercitar nellas actos de devoção, & humildade, & não de vaidade, & ostentação (...)»¹⁰.

Embora não fosse do total agrado dos bispos, as igrejas estavam autorizadas a trocar ou emprestar parte das alfaias litúrgicas entre si, desde que com «licença expressa» dos superiores e a garantia de que os ornamentos não sofriam qualquer tipo de negligência. Tratava-se, afinal, de um aspecto que motivava a maior das preocupações entre a estrutura eclesiástica, tais eram os abusos gerados pela transferência e acumulação de peças nestas ocasiões. Meramente a título de exemplo, recorde-se o teor das Ordenações de Coimbra de 1591 – o qual perdura na edição de 1731, confirmando assim a manutenção de idêntica realidade – acerca desta matéria, ao ponto de inviabilizar ulteriores empréstimos:

«porque somos informado que nesta Cidade, & Bispado ha grande numero de Confrarias, & nas festas de cada hũa os officiaes querem armar todas as Igrejas, onde

as ditas Confrarias estão; no que se fazem tão grandes gastos, & os panos, & sedas, & outras couzas para as armações, que se pedem emprestados, se tratão tão mal, que ja não ha quẽ queira emprestalos (...)»¹¹.

Mais complicado era o empréstimo e a circulação de adereços entre o contexto sacro e aquele profano, ainda que esta fosse uma prática assídua entre os costumes associados aos preparativos de festejos no país e motivasse a penalização dos responsáveis pelas infracções¹². Atente-se no caso paradigmático do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra já que, como justificava uma das suas abadessas, «assim como o dito seu Mosteiro não pode dispensar de pedir emprestado aquillo que não possui, deve necessariamente tambem emprestar aquillo que lhe é pedido»¹³. Como consequência, o recurso a este expediente acabaria por ditar a intervenção do papa Inocêncio XII e a publicação de um breve apostólico, em 1692, proibindo o empréstimo naquele cenóbio, sob pena de excomunhão, de

*«vasos, Calices, candieiros, & outros alguns paramentos Ecclesiasticos de ouro, prata, ou outra qualquer materia obrados, ou ornamentos, & paramento algum sagrado, athe aqui em a dita Igreja, ou Sancristia posto; (...) pera outras Igrejas, Mosteiros, Oratorios, Congregaçoens, ou outros lugares pios, nem pera outras pessoas de qualquer estado, qualidade, & condição que sejão»*¹⁴.

Os empréstimos externos à esfera religiosa permitiam colmatar as carências existentes ao nível das diversas tipologias morfológico-funcionais, consideradas indispensáveis, e elevar a qualidade dos programas ornamentais a implementar. Também a exposição pública dos bens facultados por membros da comunidade se assumia como uma forma de representação do colectivo, cuja memória e reputação podia ser projectada e amplificada, tanto no imediato como *a posteriori*, por esta via de apoio. Em simultâneo, como já outros autores notaram, as procissões e tantas mais manifestações de âmbito sacro-profano constituíam óbvios instrumentos de diferenciação social. Por conseguinte, o empréstimo de adereços distinguia-se como uma importante modalidade de prestígio e de poder de múltiplo alcance que, ao lado do sistema de precedências e de outros mecanismos com idênticas finalidades de hierarquização, muito concorria para o engrandecimento das efemérides e dos participantes, em especial, daqueles que se destacavam como benfeitores. O que permite explicar, em grande medida, o empenho dos fiéis

(sobretudo das elites) neste *modus operandi* e consequentemente, a imagem de fausto e de transgressão que *grosso modo* transparece em relação ao uso dos têxteis nestas circunstâncias.

Reflexo desta realidade é a «visibilidade» em que a mesma se traduz, nas dedicatórias e nos rasgados encômios, aos patronos de um variado leque de acontecimentos sacros solenes assinalados em Portugal durante o período Moderno. Alicerçada nos mais diversos propósitos, a dimensão laudatória que constitui apanágio das apologias que se produzem à época, nos seus múltiplos géneros e formas tipográficas dadas à estampa, afigura-se da maior relevância para a compreensão do fenómeno dos empréstimos de adereços nestes contextos festivos. Apesar do discurso assentar amiúde no superlativo, textos como as relações de acontecimentos revelam preocupações descritivas de índole variada, fornecendo, bastas vezes, preciosas informações acerca das armações têxteis e dos objectos expostos, designadamente, daqueles mais espectaculares. É pois nestes meandros, das obras impressas produzidas a partir destas ocorrências, que reconhecemos importantes menções à associação, por via dos empréstimos, da Casa de Bragança – na sua dupla condição de prestigiada família da aristocracia portuguesa e de nova dinastia reinante, após 1640 – a algumas das comemorações sacro-profanas que pontuaram, de modo mais significativo, o século XVII.

O PATROCÍNIO TÊXTIL DA CASA DE BRAGANÇA

Muito antes desta distinta família ascender ao trono, já alguns dos seus membros dispensavam os mais prestigiados adereços e alfaias litúrgicas, tanto para as festas religiosas que se ofereciam celebrar a título extraordinário como àquelas ordinárias, que integravam o calendário litúrgico católico. No início do século XVII, o recheio da residência e da capela do paço dos Duques de Bragança, em Vila Viçosa, era reputado pela sua abundância e colocado ao serviço de Deus e da comunidade, em actos solenes e festas religiosas. Na esteira de seu pai e de seu avô – respectivamente, D. João I e D. Teodósio I, que muito se empenharam na dignificação da capela ducal do paço de Vila Viçosa – D. Teodósio II (1568-1630) era afamado pela sua munificência e apego religioso. Tradicionalmente,

«No dia de Paschoa de Resurreição fazia o Duque hũa grãdiosa festa (...) & mandava armar suas mais bizarras tapeçarias, por os lugares por onde auia de passar a procissão do Sanctissimo, & não somente todos os seus capellães hiaõ cõ capas

de Asperges de brocado, & tella fina, mas també era licito, & permitido a todos os Sacerdotes daquela Villa, os quaes são muitos i entrarẽ na sancristia dá sua capella com suas sobrepelizes, aõde o Tesoureiro òr os reuestia a todos com capas»¹⁵.

Durante o período de união ibérica este e outros episódios, marcados pelo envolvimento ou a aparição pública dos duques assim como pelo extremo cuidado posto no cerimonial, foram interpretados como momentos particularmente oportunos de encenação e exaltação do poder daquela casa senhorial, em comparação àqueles veiculados pela corte dos Habsburgos então no poder. Não por acaso, numa relação anónima das festas que a Companhia de Jesus organizou no colégio de S. João Evangelista da mesma localidade, pela canonização de São Francisco Xavier e Santo Inácio de Loiola, em 1622, o autor, ao dar conta do importante contributo do então duque D. Teodósio II, enquanto «mui especial protector da Companhia, & fundador da Casa professa da mesma villa» declara justamente:

«Villaviçosa he hũa das principaes villas deste Reyno, bem nomeada dentro & fora delle pelo assento que nella ha muitos annos tem os excellentissimos Duques de Bragança, onde residem com sua corte & estado tam grande, que depois do d'El Rey nosso Senhor, não ha outro que lhe exceda em toda Hespanha; porque alẽ de se guardar em sua casa pontualmente o estillo da casa Real, (...) o seu tesouro, assi de pessos, & de ornato, que seruem na Casa, he tam grande, que sem ser necessario buscar ajuda de fora, he bem bastante para com ele se ornarem, & ordenarem quaesquer festas por grandes que seão (...)»¹⁶.

Conquanto não seja possível reconstituir o rol de bens dispensados, é crível que o mesmo fosse suficientemente extenso para assegurar, de forma autónoma, que a capela fosse «para este effeito ricamente armada (...), cobrindoselhe não sò as paredes, mas todo o tecto, de ricas sedas, tẽlas, & terciopelo, com muitos passamanes, volantes, & muitos pendurados, que com sua aprasiuel variedade dauão muita graça a toda a armaçam»¹⁷.

Apesar de se poder ler a referida colaboração à luz da então prática vigente de empréstimos por elementos da aristocracia portuguesa, aquela era também uma celebração de particular significado para aqueles que se outorgavam os legítimos herdeiros da coroa portuguesa: se estava em causa a eleição de santos de ascendência espanhola havia, em contrapartida, que sublinhar a relevância do reino na afirmação da Companhia de Jesus, como

grande impulsionadora do proselitismo católico além-fronteiras, ao abrigo do Padroado Português do Oriente, criado sob patrocínio régio.

Num país onde a religião emerge como a principal força aglutinadora e referência sobre a sociedade¹⁸, não surpreende que as festas com maior impacto e adesão na comunidade fossem aquelas que José Pedro Paiva designa da esfera da acção eclesiástico-clerical¹⁹. Mormente no período que medeia entre a declaração de independência (1640) e o termo da Guerra da Restauração (1668), dominado pelo conflito e pelas dificuldades de financiamento, que muito limitavam o ritmo de ocorrência e os níveis de aparato desejáveis para as práticas rituais da monarquia.

Como foi já notado, a simbiose entre religião e poder assume-se como traço característico e fundacional do Antigo Regime²⁰. Nestes momentos solenes, a consciência do significado da festa enquanto sistema de poder, de domínio e subordinação²¹ motiva a veiculação, em simultâneo, de mensagens políticas e religiosas devidamente orientadas para as sensibilidades, conhecimentos e ambições dos estratos sociais envolvidos. Como Bouza Alvarez acentua, a respeito das cerimónias no âmbito da corte, a percepção da cerimónia, do espectáculo e da magnificência que subjaz a estes momentos, em muito ultrapassa a estrita necessidade de saciar a mera ociosidade mundana²².

Confrontados com esta realidade, cunhada pela dependência do discurso político em relação ao registo religioso²³, e o momento delicado que a monarquia portuguesa então atravessava, lógico seria o interesse e o subsequente investimento da Casa de Bragança num claro protagonismo e visibilidade em tal género de cerimónias. Até porque o envolvimento régio neste tipo de solenidade actuava como poderoso agente catalisador de massas e de interesses, atraindo os representantes das demais classes sociais, muito em particular da nobreza, queurgia cativar.

A agregação de monarcas sob a égide da nova dinastia brigantina a celebrações de teor sacro assinaladas no Portugal restaurado, traduz-se sob múltiplas perspectivas que se passam a resumir: de forma directa, através da comparência a título pessoal dos soberanos (e dos seus parentes mais próximos) – na qualidade de espectadores (por vezes incógnitos) ou de participantes activos – ou indirecta, por via da evocação da figura do rei, do financiamento ou de empréstimos de bens, aspecto de que nos ocupamos no presente texto.

Como tivemos já oportunidade de sublinhar noutra sede, os têxteis prefiguram-se como um dos artifícios visuais mais privilegiados na ornamentação e no exercício de persuasão de que se reveste a celebração litúrgica,

muito em particular durante o período barroco, quando se apela constantemente aos sentidos e ao total arrebatamento da sociedade²⁴. Também no contexto profano e da corte os têxteis gozam, desde muito cedo, de um incontornável prestígio e protagonismo, elencando, por isso, a lista dos bens mais apreciados e dispendiosos, ao mesmo tempo que se destacam como solução privilegiada da ornamentação dos interiores palatinos. Era este justamente o caso do ducado de Bragança, cuja casa senhorial estava, há muito, habituada a investir na exaltação e consolidação da sua grandeza por via dos têxteis sumptuários – designadamente, em episódios de grande festividade e alcance, conotados com rituais de passagem dos membros da família, como eram os casamentos²⁵. De resto, não só a Casa de Bragança estava familiarizada com os empréstimos têxteis, como esta era uma forma de se apropriarem de uma modalidade que, aparentemente, só conhece difusão no país, a título régio, após a ascensão de Filipe I de Portugal em 1580²⁶.

Igualmente interessante de constatar é como, nestas circunstâncias festivas, as propostas ornamentais concebidas para os episódios sacros solenes se compaginam, amiúde, com aquelas praticadas no domínio da corte, as quais transitam, assim, da esfera profana para a sagrada. De facto, alguns dos adereços têxteis que participam nas encenações das mais importantes práticas rituais da monarquia surgem, também, nas cerimónias de foro religioso organizadas fora do contexto palatino, sob as mais diversas tutelas eclesiais. Referimo-nos, muito em particular, às tapeçarias, cuja centralidade na decoração interior do paço real em episódios-chave foi já reconhecida e enunciada pelos historiadores²⁷. Testemunho paradigmático de um intenso uso partilhado deste tipo de adereços foi o emprego sistemático de um dos mais célebres destes conjuntos, alusivo à empresa do imperador Carlos V a Tunes, em 1535. Reportamo-nos à cópia mandada fazer, por volta de 1555-56, pela infanta D. Maria de Portugal (1521-1577), em homenagem ao seu tio, Carlos V, e ao meio irmão favorito, D. Luís, legada em testamento a D. Sebastião²⁸. Ao longo de um extenso período, que atravessou as dinastias de Avis, dos Habsburgo e dos Bragança, esta série de tapeçarias flamengas experimentou uma existência verdadeiramente itinerante, marcando presença regular nos sucessivos acontecimentos e festas que pautaram o quotidiano da capital, não obstante o seu cariz sacro ou profano. Uma averiguação, nada exaustiva sobre esta matéria, atesta a sua associação, supomos que com base numa linha de continuidade (e de apropriação) que se procura preservar em prol da tradição²⁹, às cerimónias de juramento de sucessivos monarcas, a saber:

a do cardeal-rei D. Henrique em 1578, realizada pela primeira vez no interior de um espaço sagrado, respectivamente, na igreja do hospital de Todos-os-Santos em Lisboa³⁰; a de Filipe I de Portugal, em 1581, no Convento de Cristo, em Tomar³¹; e a do príncipe D. Pedro, em 1668, na abertura solene das Cortes em Lisboa, tradicionalmente realizadas na «Sala dos Tudescos», um dos espaços investidos de maior significado do paço da Ribeira³². Apesar dos citados panejamentos da *Conquista de Tunes* terem, de igual modo, elencado o programa decorativo gizado para o palácio pelo juramento de D. Afonso VI, em 1656, nesta ocasião, os mesmos foram armados na real capela do Paço³³, local privilegiado simultaneamente do culto do divino e do culto do monarca³⁴.

Os panos desta série de tapeçarias ocupam, também, lugar preponderante na referida sala magna, no contexto de outras práticas rituais da monarquia portuguesa, como as cerimónias de baptismo de membros da nova dinastia que ascende ao poder em 1640: a 13 de Setembro de 1643, com o nascimento do príncipe D. Afonso, primeiro filho de D. João IV nascido após a Restauração, foi feito um esforço no sentido de fundar e fixar novas rotinas, em sintonia com a nova casa reinante³⁵. São conhecidas algumas variações no âmbito do programa ornamental formulado para os compartimentos do palácio que deveriam ser percorridos pela comitiva de convidados – o qual *grosso modo* se inscrevia no *topos* decorativo do próprio palácio, concebido em torno da retórica da resistência militar e da legitimação da linhagem dos Bragança, na dupla vertente épica e transcendente³⁶. Ainda assim, nesta e noutras ocasiões congêneres, como no baptismo do seu irmão D. Pedro (1648), e mais tarde no da sua sobrinha, a infanta D. Isabel Luísa Josefa de Bragança (1669), cabe precisamente à sala dos Tudescos, o privilégio de engalanar-se com tais panejamentos.

Colateralmente, encontram-se testemunhos que confirmam a cedência temporária e a exposição destas tapeçarias noutros acontecimentos excepcionais, cuja organização é alheia à Casa Real. Disso nos informa o Padre Diogo Salgueiro, a propósito da armação montada na igreja de São Roque para as festas de beatificação do padre inaciano Francisco Xavier, em 1620:

«armou[se] a Igreja com os mais ricos panos que tem El Rey em seu tesouro como são os que chamaõ de Tunes, por ter debuxada a celebre batalha, com que o Emperador Carlos V. sogeitou, & rêdeo esta famosa Cidade (...). Também se armaraõ os panos de Romulo, & os da vida de Christo nosso Senhor, que são peças de igual estima, & valor. Estas, & muitas outras cousas se deraõ do tesouro Real, por hũa portaria que sua Magestade mãdou de Madrid (...)»³⁷.

Esta forma de os soberanos da monarquia dual ibérica se associarem à distância às efemérides sacras (e ainda beneficiar da sua ulterior difusão pelos canais de informação da época) podia ajudar a minorar os efeitos provocados pela ausência da corte Filipina em Lisboa. Nesse sentido, não é decerto inocente a observação do Padre Salgueiro quando, ao precisar que o referido empréstimo dos Panos de Tunes decorre de uma portaria enviada de Madrid, acrescenta: «porque cõ sua grãde piedade quis de tão longe ajudar a festejar o Santo». Dois anos mais tarde, a série de Tunes volta a ser exibida, desta vez, no Convento do Carmo em Lisboa, na celebração da canonização da freira mística Santa Teresa de Jesus. Segundo as notícias facultadas por Fr. Belchior de Santana, na sua *Crónica de Carmelitas Descalços do Reino de Portugal*, para a efeméride a igreja foi «armada com os pannos de Tunes, em que de seda, & ouro se vem as historias das conquistas de Goleta, & Tunes retratadas tão ao viuo, que deixao atraz os delicados pincéis de Zeuzis, & Thimantes»³⁸.

Pelo menos entre as décadas de 30 e 60 do século XVII, tais tapeçarias marcam ainda presença assídua noutras festas ordinárias do calendário litúrgico. Sendo conhecida a grande devoção da dinastia brigantina à Eucaristia, compreende-se, que a mesma as dispensasse para o tríduo que anualmente se realizava entre os dias 16 e 18 de Janeiro, em memória do desagravo perpetrado, em 1630, ao Santíssimo Sacramento da igreja de Santa Engrácia em Lisboa conotada, desde os seus primórdios, não por acaso, com a defesa da legitimidade monárquica³⁹. Só no primeiro mês de cada ano, os panos eram ainda habitualmente armados nas festas de São Vicente Mártir na Sé de Lisboa (a 22 de Janeiro) – cujo culto fora construído, em grande parte, na mística da independência nacional e da libertação de Espanha⁴⁰ – sendo as respectivas cedências autorizadas pela Casa Real nos primeiros dias do ano⁴¹.

Num primeiro momento, o recurso à narrativa em apreço em episódios associados a contextos e intenções tão díspares, pode surpreender. Todavia, como Miguel Soromenho resume, se a narrativa mitográfica dos feitos de Carlos V na campanha norte-africana de 1535 se adequava bem à iconografia de exaltação imperial desenvolvida no tempo dos Filipes, do mesmo modo emergia a mensagem do combate evangélico contra o infiel, levado a cabo com o apoio das tropas portuguesas lideradas pelo infante D. Luís, representado ao centro do segundo pano, alusivo à *Revista às Tropas em Barcelona*⁴². Sendo certo que «as práticas e o cerimonial que os Áustrias difundiram no reino de Portugal não desapareceram de todo após a Restauração»⁴³ e, perante a polissemia discursiva que esta mesma série encerrava – de imbricado significado

político, militar e religioso –, a sua ampla exposição justificava-se e adaptava-se plenamente às múltiplas e facetadas cerimónias enunciadas.

Não menos significativa foi a solução encontrada para o retábulo do altar-mor da igreja do convento do Carmo de Lisboa nas comemorações da canonização da santa florentina Maria Madalena de Pazzi, em 1669, podendo nele ver-se «Os lados (...) armados com dous pannos do thezouro Real, tecidos de ouro, com seus frizos bordados, & guarnecidos de volantes de prata. Representavaõ estes a prudência, & a justiça (...)»⁴⁴. Ora, os panos enunciados correspondem precisamente ao par de tapeçarias que integram as encaixas recriadas na varanda do paço da Ribeira para os actos de levantamento e juramento de D. João IV (FIGS. 4 e 5): desde então, e no âmbito de um novo ciclo de cerimónias que os acontecimentos de 1640-41 inauguraram, as citadas tapeçarias faziam de pano de fundo, ao mesmo tempo que ladeavam a cadeira sob docel disposta sobre os estrados erguidos para o efeito, cabendo o lado direito ao pano com a figura da *Justiça* e o lado esquerdo ao da *Prudência*⁴⁵. A par de outros instrumentos de utilização simbólica ou ritual – como o ceptro real, a coroa, ou o vestuário –, a exposição destes panos configurava-os como elementos constitutivos do discurso político pós-restauração. Um discurso que, no entender de Diogo Ramada Curto, embora aproveitasse práticas rituais já existentes tendia, doravante a acentuar a imagem da majestade real⁴⁶. Os tópicos representados remetiam de forma clara para duas das três virtudes do príncipe (*Justiça*, *Prudência* e *Combate às Heresias*) que mais destaque conheceram nos discursos da época, no sentido de uma heroicização da pessoa real⁴⁷ valendo, por esse motivo, o comentário assertivo do relator dos festejos, ao afirmar: «& certamente não ha jóias de mais valor përa os thesouros de hum Rey que estas coroadas virtudes».

Três anos mais tarde, em 1672, de novo «sahiraõ para ostentaçaõ luzida» ricas tapeçarias de ouro e seda que se guardavam no Real Tesouro, desta vez, para as festas na igreja do Real Mosteiro de São Vicente de Fora, em memória da beatificação do inquisidor Pedro Arbués, oito anos antes em Roma, pelo papa Alexandre VII. Referimo-nos à série de *Hércules*, «com figuras muito ao natural, & todas ao valente», cujos panos, que cobriam os mármorees de todo o cruzeiro, «Estauaõ todos encaixilhados de lindissimos volantes, com tam galhardos lauores, que excediaõ aos mais primorosos brutescos da pintura, & faziaõ enueja ao mais polido pincel»⁴⁸.

Completava o lote de empréstimos régios «hum docel riquissimo de seda, & ouro fino» destinado à armação do altar erguido na capela-mor o

qual, como elogiava o autor da obra que nos serve de guia, «com dizerse que era do Thesouro Real de Sua Alteza, fica sua preciosidade assaz bastantemente esclarecida, mais que se fora trazido lâ do Atlantico thesouro»⁴⁹.

O último exemplo citado remete-nos para dois aspectos. Em primeiro lugar, a questão da procedência dos adereços. Mais do que a beleza, riqueza material ou o programa iconográfico que os caracterizava, afigura-se claro o quanto os encómios compulsados valorizam a respectiva proveniência: justamente o «Thesouro Real de Sua Alteza», isto é, da Casa Real. Recorde-se que quando D. João IV assumiu a coroa, em 1640, o paço da Ribeira não apresentava condições condignas para acolher a nova família real. Pese embora as novas aquisições e o património ainda existente naquele palácio – como era o caso da mencionada série de Tunes –, foram os grandes lotes de mobiliário e objectos de decoração incorporados na casa ducal ao longo dos séculos e transferidos do paço de Vila Viçosa, aqueles que melhor permitiram a remodelação e enriquecimento decorativo dos seus interiores. O facto de, desde então, a maior parte dos adereços expostos nas grandes cerimónias da monarquia ou da Igreja provir do tesouro real que, por sua vez, se alicerçava no tesouro da Casa de Bragança era só por si emblemático e um panegírico ao poder da nova dinastia. Daí o cuidado e a insistência dos autores das apolo-gias em enunciar a sua proveniência e, simultaneamente, o reconhecimento tácito, em como os empréstimos régios participavam das estratégias de legitimação de poder da casa de Bragança.

Pela mesma ordem de razões, o autor de uma relação noticiando o já citado baptizado de D. Afonso VI, ocorrido nos anos imediatos à mudança dinástica, ao descrever a igreja da Capela Real nela destaca o «frontal riquíssimo de brocado branco, que foy do Thesouro de Villaviçosa»⁵⁰ o qual incluía ricas tapeçarias e ornamentos litúrgicos e havia sido constituído em morgadio, ainda ao tempo do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I^º.

Por outro lado, e como também esta menção aos frontais de altar alude, compreende-se que as tipologias de adereços têxteis passíveis de ser temporariamente dispensadas pela Casa Real não se circunscreviam às tapeçarias. Outro género de panejamentos é facultado, com o objectivo de responder às necessidades de fausto que subjaz à ornamentação dos templos nestes momentos, sendo disso notável testemunho o caso dos dosséis, verdadeiros símbolos de autoridade das dignidades eclesiásticas ou civis que sob eles jazem. Neste âmbito, merece-nos especial atenção um outro dossel, facultado para as já referidas festas promovidas, em 1620, pelos padres da

Companhia de Jesus na igreja de S. Roque em Lisboa: no respectivo retábulo-mor «hum docel todo cozido em ouro, & broslado de aljofres grossos que chamaõ da primeira joeira»⁵² sobrepujava a imagem de vulto do recém beatificado Francisco Xavier, de «estatura natural de hũ homẽ bem apessoado». Segundo afiançava o Padre Salgueiro, autor da relação da efeméride, tinha esta «obra taõ rica» a particularidade de que «só se costumaua a pòr nas cortes gèraes do Reino, & noutros autos publicos em que os reis mostrauã mòr magestade»⁵³. Embora nada indique que o primeiro dossel comungava de idênticas funções nas Cortes convocadas ao tempo dos Bragança, o presente depoimento confirma a estreita relação que existia entre os programas de afirmação do poder real e as práticas rituais de carácter religioso, nomeadamente, por via da partilha e exposição pública das insígnias e dos instrumentos rituais da monarquia que, mesmo no tempo dos Filipes, se intentava preservar.

Muitos outros adereços têxteis, como panos avulsos, elencam a lista de empréstimos régios sendo que alguns só terão sido utilizados pela primeira vez, no âmbito deste tipo de solenidades. Pelo menos, assim parece ter-se verificado com o pano usado para revestir a tarima destinada à trasladação do corpo da rainha Santa Isabel (1271-1336), patrona do reino e avoenga da família real⁵⁴, do antigo para o novo mosteiro de Santa Clara, mandado edificar em Coimbra por D. João IV. Corria o ano de 1677, quando o príncipe D. Pedro, ainda na qualidade de regente e tentando impor o seu reconhecimento, não só apadrinhou esta efeméride, de especial sentido para a monarquia reinante, como assumiu os custos, chamou à Casa Real o controle dos preparativos e «mãdou abrir os Reaes thesouros da Serenissima Casa de Bragança»⁵⁵. A este respeito, D. Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto e autor da relação do acontecimento, relata:

«preparouse junto, e quasi na altura do tumulto hua tarima cuberta de um pano de brocado de tres altos de ouro, com frãjas, e borlas da mesma materia, tam rico (...) e tam felice, que sendo antiquo na Serenissima Casa de Bragança, se estreou em obsequio da Sancta Rainha»⁵⁶.

Entre a documentação compulsada reconhece-se ainda uma alusão à cedência temporária de alfaias litúrgicas procedentes do Tesouro da Real capela do paço da Ribeira em Lisboa. Nas já mencionadas descrições das festas de canonização de Madalena de Pazzi organizadas pela família Carmelita,

em Lisboa, além das já assinaladas tapeçarias da *Prudência* e da *Justiça* e de um conjunto de panos tecidos de ouro, neles figurando as armas reais «que eram das mais estimáveis prendas do thezouro Real», pôde o trono do Santíssimo Sacramento de uma outra igreja engalanar-se com as «melhores frontaleiras de tela, & ricos bordados, que tinha o thesouro da capella Real, & isto basta pera crer foi todo realengo (...)»⁵⁷. Este é mais um indício de peso acerca da relevância destas iniciativas, ao ponto de contrariar o regulamento daquela instituição. É um facto que o novo regimento da Capela Real – mandado fazer por D. João IV em 1652, no âmbito das preocupações que acometem o novo soberano pelo cerimonial de corte –, nada especifica em relação ao assunto. Todavia, subentende-se que o empréstimo de ornamentos permanecia uma actividade repreensível, na continuidade do que fora estatuído no tempo de Filipe I, sob a forma de provisão em 1586 e, depois, no regimento de 1592, o primeiro da capela⁵⁸. Para a nossa asserção concorre de igual modo, o zelo que acometia D. João IV na tentativa de respeitar a fronteira que, na esteira do espírito reformista lançada pelo Concílio de Trento, se procurava fixar entre o sagrado e o profano⁵⁹. É pelo menos o que transparece nas *Disposições* que João Campelo de Macedo, o já citado mestre de cerimónias e tesoureiro da Real Capela, redige para o baptizado de D. Afonso VI:

*«Sobre o sacrario esteue o mais rico docel, que auia nesta Coroa, o qual por uer seruido no culto diuino antes da Acclamação de Sua Magestade, sabendo o dito senhor, que sem embargo disso lho armarão no dia do seu juramento, mandou que dali em diante não vassem mais delle, & que só seruisse ao culto do Sanctissimo sacramento, o qual he Rei dos Reis, & Senhor dos Senhores»*⁶⁰.

Pelos exemplos expostos afigura-se-nos clara a relevância e o significado dos empréstimos régios enquanto fenómenos de devoção pessoal mas também como procedimentos ao dispor do sistema de comunicação política da monarquia portuguesa no Antigo Regime. Do mesmo modo, sobressaem as múltiplas acepções que enformam a cedência temporária de adereços têxteis da Casa de Bragança para as armações das cerimónias sacras realizadas durante a segunda metade do século XVII. Mais do que objectos de pendor estritamente decorativo, os têxteis (nas suas variantes morfológico-funcionais), pelo discurso visual que ostentam, pela multiplicidade de significados que suscitam, ou pela sua proveniência, sobressaem como verdadeiras insígnias de poder.

Nessa qualidade, prestam-se a representar as aspirações da dinastia de Bragança e a figura régia que a tutela, de uma forma muitíssimo eficaz e abrangente, junto das mais diversas entidades eclesiásticas, como a Companhia de Jesus, a Ordem do Carmo e a Ordem de Santo Agostinho, por exemplo. Por esse motivo, também os empréstimos régios perduram para além do arco cronológico analisado, mantendo-se como parte da estratégia de afirmação nos reinados vindouros.

Apesar da iniciativa dos empréstimos régios a cerimónias de foro religioso não se dever à dinastia de Bragança, coube aos seus representantes impulsionar e beneficiar da dimensão propagandística que a adopção de tal procedimento propiciava, a uma escala e com um impacte nunca até então alcançado.

NOTAS

- ¹ Cf. J. A. JUNGSMANN, *Sprawowanie Liturgii*, Cracóvia: Polskie Towarzystwo Teologiczne, 1992, p. 79 apud Roman WALCZAK, *Simbolismo e Arredamento del Tempio Cristiano. Guida all'architettura contemporanea degli interni degli edifici sacri secondo I domunti conciliari della Chiesa e le norme ecclesiastiche attuali*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2011, p. 12.
- ² Sobre este assunto vide Maria João Pacheco FERREIRA, *Os têxteis chineses em Portugal nas opções decorativas sacras de aparato (séculos XVI-XVIII)*. vol. 1 (Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto) Porto, 2011, cap. 3. A angariação de adereços e a manufatura dos têxteis utilizados nas celebrações, pp. 252-275 (texto policopiado).
- ³ Cf. Piero MONTELLI, «Sacerdos, Omnibus Paramentis Indutus», in Roberta Orsi LANDINI, coord., *I Tesori Salvati di Montecassino. Antichi tessuti e paramenti sacri*. Pescara: Carsa Edizioni, 2004, p. 37.
- ⁴ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT), Coleção S. Vicente, livro 23, *Regimento para a Cappella Real de Portugal feito por Felippe 2.º no anno de 1592*, fl. 126v., BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP), Secção de Reservados, Fundo Geral, cód. 10981, *Regimento da Capella Real*, 1600, cap. XX.
- ⁵ BIBLIOTECA DA AJUDA (BA), Ms. 52-IX-3, *Carta de João Campelo de Macedo*, 16 de Maio de 1663, doc. 58, fl. 98.
- ⁶ António de Sousa MACEDO, *Mercvrio Portuguez, com a Recvperaçam da Praça de Arronches, E os mais successos deste Mez de Setembro do Anno de 1664*. Lisboa: Off. de Henrique Valente de Oliveira, fl. 132v.
- ⁷ Jorge Pedro SOUSA, *Jornalismo em Portugal no Alvorecer da Modernidade*. Porto: Editora Media XXI, 2013, p. 263.
- ⁸ Cf. Maria João FERREIRA, «A tradição das armações têxteis aos olhos dos estrangeiros que visitam Lisboa (séculos XVI-XVIII)», in Maria João Pacheco FERREIRA, Pedro FLOR e Teresa Leonor M. VALE, coord., *LISBOA E OS ESTRANGEIROS | LISBOA DOS ESTRANGEIROS até ao Terramoto de 1755*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016, pp. 123-133.
- ⁹ *Constituições Sinodais Coimbra*, 1591, fl. 104v.; *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra. Feytas, e Ordenadas em Synodo pello Illustrissimo Sôr Dom Affonso de Castel Brâco Bispo de Coimbra, Cõde Arganil, & do Cõselho DelRey N.S. &c.* Coimbra: Off. de Antonio de Mariz, 1591, fl. 104v.
- ¹⁰ *Constituições Synodales do Bispado do Porto, Novamente Feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Ioam de Sovsa Bispo do dito Bispado, do Conselho de sua Magestade, e seu Sumilher de Cortina*. Porto: Joseph Ferreyra, 1690, p. 424. Esta afirmação surge a propósito do uso de «cadeiras de espaldas», tamboretas ou assentos próprios pelos fiéis nas igrejas.
- ¹¹ *Constituições Sinodais Coimbra*, 1591, fl. 104v.; *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra, Feitas, e Ordenadas em Synodo pello Illustrissimo Senhor Dom Afonso de Castel Branco Bispo de Coimbra, Conde Arganil do Conselho 'Del Rey N.S. &c & por Seu Mandado Impressas em Coimbra, anno 1591. E novamente*

- Impressas no Anno de 1730. Com hũ novo index à propria custa, & Despeza do Doutor Pantaleaõ pereyra de S. Payo, Conego Prebendado da Santa Sê de Coimbra, & Economo do Bispado pelo Illustrissimo Cabido Sede Episcopali Vacãte. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1731, pp. 204-205.*
- ¹² Sobre este assunto cf. FERREIRA, *Os têxteis chineses em Portugal (...)*, cap. 1.3 Proveniência e sacralidade dos têxteis religiosos, pp. 146-166.
- ¹³ BNP, Secção de Reservados, Fundo Geral, cód. 8447, *Breve de Inocência XII que proíbe emprestar cousas da igreja*, p. 38.
- ¹⁴ *Idem*, p. 37. Apesar das exposições solicitando a revogação de tal medida, a verdade é que o mesmo só aconteceu a 6 de Junho de 1794 por iniciativa do papa Pio VI.
- ¹⁵ Fr. Manuel CALADO, *O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade: primeira parte*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1648, p. 100.
- ¹⁶ *Relacam das Festas qve em Villaviçosa os Padres da Companhia da Casa Professa de Sam Ioaõ Euangelista pela Canonizaõ dos dous Sanctos, o Patriarcha S. Ignacio de Loyola, & S. Francisco Xauier Apostolo do Oriente in Relações das Sumptuosas Festas com que a Companhia de Jesus da Provincia de Portugal Celebrou a Canonizaõ de S. Ignacio de Loyola, e S. Francisco Xavier*. Lisboa: [s.n.], 1623, fls. 147-147v.
- ¹⁷ *Idem*, fl. 148v.
- ¹⁸ Sobre esta matéria *vide*, a título de exemplo, João Francisco MARQUES, «Lisboa Religiosa na Segunda Metade do Século XVII», in Luís de Moura SOBRAL, coord., *Bento Coelho da Silveira 1620-1708 e a Cultura do seu Tempo*. Lisboa: Ministério da Cultura – IPPAR, 1998, pp. 139-169. São muitos os estudos que acentuam este aspecto verdadeiramente tentacular do poder religioso na sociedade portuguesa do Antigo Regime, a partir dos quais é possível obter uma visão suficientemente ampla acerca do assunto, como é o caso daquele da autoria de Federico PALOMO, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- ¹⁹ Cf. José Pedro PAIVA, «As festas de corte em Portugal no período Filipino (1580-1640)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2 (2002), p. 35.
- ²⁰ Marcello FANTONI, «Non est Enim Potestas, nisi a Deo. Grazia divina e governo dello stato», in J. MARTÍNEZ MILLÁN, M. RIVERO RODRÍGUEZ e G. VERSTEENGEN, coord., *La Corte en Europa: Política y Religión (Siglos XVI-XVIII)*, vol. I. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012, pp. 36; 39.
- ²¹ Cf. Maria Manuela Milheiro FERNANDES, *Braga: A cidade e a festa no Século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais, 2003, p. 76.
- ²² Cf. Fernando BOUZA ÁLVAREZ, «Amor Parat Regna. Memória Visual dos Afectos na Política Barroca», in Ângela Barreto XAVIER, Pedro CARDIM e Fernando BOUZA ÁLVAREZ, *Festas que se Fizeram pelo Casamento do Rei D. Afonso VI*. Lisboa: Quetzal Editores, 1996, p. 10.
- ²³ Diogo Ramada CURTO, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projecto Univ. Aberta – Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988, p. 150.
- ²⁴ FERREIRA, *Os têxteis chineses em Portugal (...)*, p. 197.
- ²⁵ Mafalda Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas e Redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 189. Muito em particular, durante os 5.º e 7.º ducados: em 1537, por ocasião dos consórcios de D. Isabel, irmã de D. Teosódio I, com o infante D. Duarte e, mais tarde, em 1602, de D. Teodósio II com D. Ana de Velasco e Girón.
- ²⁶ A primeira menção até agora localizada de um empréstimo régio data de 1595 e reporta-se às festas assinaladas na igreja de São Domingos, em Lisboa, em honra de São Jacinto, canonizado no ano anterior. Para a efeméride, o empréstimo incidiu nos «*mais ricos panos de raz, ouro e seda, que ha no thesouro da tapeçaria de Sua Magestade; que he grandeza de muyta consideração*»; Pedro de MARIZ, *História da Vida Milagres e Canonização do Bemaventurado S. Hyacintho da Ordem dos Pregadores*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965, p. 149 (ms. 1611).
- ²⁷ Mafalda Soares da CUNHA e Leonor Freire COSTA, *D. João IV*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 123; Miguel SOROMENHO, «O Paço da Ribeira à Medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II», in Miguel Figueira de FARIA, ed., *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um Espaço Urbano*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda – Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, p. 65.
- ²⁸ Cf. Annemarie JORDAN, *Portuguese Royal Collections: A bibliographic and documentary survey*. Ann Arbor, Michigan: UMI, 1997, notas 19 e 22, p. 104; Carla Alferes PINTO, *A Infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577). O Mecanato de uma Princesa Renascentista*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998, p. 143. Na actualidade existem ainda duas séries completas da *Conquista de Tunes* em Espanha, uma no Alcazar de Sevilha e outra na Armaria Real do Palácio do Oriente, em Madrid. Uma primeira série destinou-se a Carlos V: tratava-se de um conjunto de 12 enormes panos realizado em Bruxelas, na oficina de Willem de Pannemaker a partir de cartões dos artistas flamengos Jan Cornelisz Vermeyen e Pieter Coecke van Aelst, entre os anos de 1546 e 1554. Uma segunda série, de panejamentos de dimensões ligeiramente mais pequenas e menos ricamente

- tecidos, foi produzida para Maria de Hungria durante a década de 1550. Cf. Thomas P. CAMPBELL, «Stately Splendor, Woven Frescoes, Luxury Furnishings: Tapestry in Context, 1600-1660», in Thomas CAMPBELL, ed., *Tapestry in The Baroque. Threads of Splendor*. Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art, 2007, pp. 107, 110. Sobre estas tapeçarias vide António DOMÍNGUEZ ORTIZ, Concha HERRERO CARRETERO e José A. GODOY, *Resplendence of the Spanish Monarchy. Renaissance Tapestries and Armor from the Patrimonio Nacional*. Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art, 1992, pp. 75-81 e Hendrik J. HORN, *Jan Cornelisz Vermeyen, Painter of Charles V and His Conquest of Tunis: Paintings, Etchings, Drawings, Cartoons and Tapestries*, 2 vols. Doornspijk: Davaco, 1989.
- ²⁹ Sobre este assunto leia-se a análise do modelo da cerimónia de aclamação dos reis portugueses no capítulo «Como se fosse vivo» da obra de Diogo Ramada CURTO, *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ³⁰ Cf. «Relación de lo que pasó en la jura del serenísimo Rey de Portugal Don Enrique Primero deste nombre (...)», publ. por Miguel SALVÁ e Pedro SAINZ DE BARANDA, coord., *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, vol. VII. Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1845, p. 236; CURTO, *Cultura Política*, p. 211.
- ³¹ Entre outros cf. Isidro VELASQUEZ SALAMANTINO, *La Entrada que en el Reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Philippe*, por Manuel de Lyra, 1581, cap. XCIII, fl. 86v.; *Relacion de la órden que se tuvo en el juramento del Rey Don Filipe nuestro Señor por los tres estados de los reinos de Portugal, domingo 16 de Abril de 1581 años* publ. por SALVÁ e SAINZ DE BARANDA, op. cit., p. 345.
- ³² Sobre este assunto cf. Pedro CARDIM, «O Subtexto do Cerimonial. A Dimensão Simbólica da Solenidade Cortesã no Portugal do Século XVII», in Isabel LAGE, coord., *Actas Struggle for Synthesis. A Obra de Arte Total nos Séculos XVII e XVIII*, vol. II. Lisboa: IPPAR, 1999, pp. 345-368.
- ³³ *Avto do Levantamento, e Jramento, qve os Grandes, Titulo, Seculares, Ecclesiasticos, & mais pessoas que se acharão presentes fizerão a ElRey Dom Affonso VI. Nosso Senhor, na Coroa destes sevs Reynos, & Senhorios de Portugal, em quarta feira á tarde, quinze de Nouembro de mil & seiscentos sincoenta & seis*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1658, p. 37.
- ³⁴ Diogo Ramada CURTO, «A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI a XVIII)», *Revista da Faculdade de Letras – Linguas e Literaturas. Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, Séculos XVI a XVIII*. Porto: 1993, p. 144.
- ³⁵ CURTO, *Cultura Política*, p. 291.
- ³⁶ SOROMENHO, op. cit., p. 63.
- ³⁷ Diogo Marques SALGUEIRO, *Relaçam das Festas que a Religiam da Companhia de IESV fez em a Cidade de Lisboa, na Beatificaçam do Beato P. Francisco de Xauier, Segundo Padroeiro da mesma Companhia, & Primeira Apostolo dos Reynos de Iapão, em Dezembro de 1620*. Lisboa: Por Ião Rodriguez, 1621, fls. 1-1v.
- ³⁸ Fr. Belchior de SANTA ANNA, *Chronica de Carmelitas Descalços, Particvlar do Reyno de Portugal e Provincia e Sam Felipe*. Lisboa: Off. de Henrique Valente de Oliueira, 1657, p. 600-601.
- ³⁹ Cf. Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves JACQUINET, *Em Desagravo do Santíssimo Sacramento: O «Conventinho Novo». Devoção, Memória e Património Religioso*, vol. I (Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta). Lisboa, 2008, p. 24 (texto policopiado). Questionamo-nos até que ponto tal tradição adveio da exposição dos referidos panejamentos na Sé de Lisboa, no contexto da festa promovida pelo arcebispo de Lisboa, D. Afonso Furtado de Mendonça, na manhã imediatamente a seguir ao roubo; cf. João Brito de LEMOS, *Abecedário Militar*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck Impressor delRey, 1631, fl. 84.
- ⁴⁰ Irisalva MOITA, «São Vicente Padroeiro», in Maria Isabel Alçada CARDOSO, coord., *São Vicente, Diácono e Mártir: Padroeiro de Lisboa*. Lisboa: Centro Cultural de Lisboa Pedro Hispano, 2005, p. 281.
- ⁴¹ Apesar de Miguel Soromenho balizar estes empréstimos entre os anos de, pelo menos 1637 e 1661, já a 26 de Dezembro de 1633 são dadas instruções para que se «entregue os pannos que se costumão Armar na See de Lixboa na festa de S. Vicente», o mesmo acontecendo a 4 de Janeiro de 1662, por exemplo; ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1631, *Cartas de autorização de empréstimo dos panos de Tunes às igrejas de S. Vicente, Sé de Lisboa e Santa Engrácia*, fls. 217; 224. Cf. fls. 168 e 224.
- ⁴² SOROMENHO, op. cit., p. 66. Em virtude do aspecto jovem da figura identificada como D. Luís e do facto deste ter à data 29 anos leva a que alguns autores questionem a referida atribuição; cf. ORTIZ, HERRERO CARRETERO e A. GODOY, op. cit., pp. 75 (legenda da imagem); 81, nota 5.
- ⁴³ PAIVA, op. cit., p. 31.
- ⁴⁴ Siro ULPERNI, *O Forasteiro Admirado. Relaçam, Panegyrica do Trvinfo, e Festas, qve Celebrou o Real Convento do Carmo de Lisboa Pela Canonização da Seráfica Virgem S. Maria Magdalena de Pazzi, Religiosa da sua Ordem*, primeira parte. Lisboa: off. De António Rodriguez d'Abrev, 1672, p. 10.

- 45 *Avtos do Levantamento, e Iuramento, qve por os grandes, tivlos seculares, e Ecclesiasticos, & pessoas que se acharão presentes, se fez a el Rey Dom Ioam o IV. Nosso Senhor, na Coroa, & Senhorio destes Reynos, & do que elle fez às mesmas pessoas da Cidade de Lisboa, em os quinze dias do mes de Dezembro do Anno de 1640.* Lisboa: Antonio Alvarez impressor del Rey, 1641, fl. 1v.
- 46 Diogo Ramada CURTO, «Ritos e Cerimónias da Monarquia em Portugal», in Diogo Ramada CURTO e José BETHENCOURT, org., *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991, p. 262.
- 47 CURTO, *O Discurso Político*, p. 222.
- 48 D. Leonardo de S. IOSEPH, *Avreola da Corte Santa, Tratado 1. Triduo dos Panegyricos sacros, & felices Triunfos, celebrados com magestosa pompa em O Real Mosteiro de S. Vicente de fóra de Lisboa, da Augusta Religião dos Conegos Regrantes do grande Patruarcha S. Agostinho. Na solemne Beatificaçam do triunfante Martyr S. Pedro de Arbves, Professor obseruantíssimo do Instituto Canonico, & Regra Augustiniana, & primeiro Inquisidor do Reyno de Aragoã em 17. de Setembro de 1672*. Lisboa: off. De Ioam da Costa, 1674, p. 14.
- 49 *Idem*, p. 17.
- 50 *Relação do Baptismo do Serenissimo Infante Dom Affonso, filho del Rey nosso Senhor*. Lisboa: Off. de Domingos Lopes Rosa, 1643, obra não paginada.
- 51 Cf. Maria João Pacheco FERREIRA, «Os Ornamentos Têxteis com Função Religiosa no Inventário de D. Teodósio I: Memórias e práticas», in Jessica HALLETT e Nuno SENOS, coord., *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. I. Estudos. Lisboa: Tinta da China, 2018, pp. 249-259.
- 52 SALGUEIRO, *op. cit.*, fls. 1v.-2.
- 53 *Idem*, fl. 2.
- 54 Cf. João Francisco MARQUES, «A tutela do sagrado: a protecção sobrenatural dos santos padroeiros no período da Restauração», in CURTO e BETHENCOURT, *op. cit.*, p. 289.
- 55 D. Fernando Correia de LACERDA, *História da Vida, Morte, Milagres, Canonisação, e Trasladação de Sancta Isabel Sexta Rainha de Portugal*. Lisboa: Officina de João Galvão, 1680, p. 23-24.
- 56 *Idem*, p. 34.
- 57 ULPERNI, *op. cit.*, p. 159.
- 58 Cf. João Baptista de CASTRO, «Da Capella Real e Santa Igreja Patriarcal de Lisboa», in *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo III, parte V, 2.ª ed. Lisboa: Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 172; CURTO, «Ritos e Cerimónias da Monarquia em Portugal», p. 229. «*Eu el Rey faço saber aos que este virem, que eu mandei passar hũa Provição no anno de quinhentos e oitenta e seis para se não emprestarem de minha cappella e de meu Thezouro e Tepecaria couza alguma a nenhũa pessoa de qualquer qualidade e condição (...) porque alem da indecencia de andarem as ditas couzas (...) era informado que se damnificavaõ muito, e que se perdião algumas*»; ANTT, Colecção S. Vicente, livro 23, *Regimento para a Cappella Real de Portugal feito por Felippe 2.º no anno de 1592*, fl. 135.
- 59 José Pedro PAIVA, «Constituições Diocesanas», in Carlos Moreira de AZEVEDO, dir., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 14.
- 60 João Campelo de MACEDO, *Disposiçam & Ordem, pella qval se Mostra como se Celebrou o Baptismo do Senhor Infante Dõ Afonso Filho delRey D. Ioão o IV*. Lisboa: Paulo Craesbeck, 1644, p. B2 (páginas não numeradas).